

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV


Aos 21 dias do mês de fevereiro de 2022, às 18 horas e 09 minutos, respeitando os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se de forma virtual os membros do Conselho Administrativo nomeados através dos Decretos nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019 e nº 7.914 de 19 de outubro de 2020, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Eliete Maria da Silva, Fabio Ceconelo além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André Breda, do Diretor Administrativo-Financeiro, Douglas Municelli e dos membros do Comitê de Investimentos, Adelson Chaves e Ronaldo Nakada, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<https://www.youtube.com/c/pauliprev/featured>) e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Reunião Transmitida Ao Vivo via Youtube.

- 1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada no dia 07/02/2022;
- 2) Discussão e deliberação para ratificação pelo Conselho, quanto a prorrogação contratual com instituição financeira para Custódia Qualificada de Ativos (Títulos Públicos – Banco do Brasil), de acordo com documentos encaminhados previamente - encerramento do termo atual em 15/03/2022;
- 3) Informações, com solicitação de ratificação, sobre a prorrogação do contrato de locação do imóvel onde funciona a sede do Pauliprev, de acordo com o raciocínio econômico encaminhado previamente;
- 4) Apresentação do relatório com os resultados do Plano de Ação e Relatório de Controle Interno referentes ao Exercício de 2021;
- 5) Informações sobre posição atual de títulos públicos, com sugestão de análise para deliberação e aprovação futura para novas aquisições, a partir de condições mínimas de rentabilidade, com linha de corte lastreada na meta atuarial e com valor máximo pré-estabelecido;
- 6) Assuntos diversos.

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas-vindas a todos presentes. Anunciou a pauta da reunião.



Item 01. Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada no dia 07/02/2022 – Sandra diz que a ata foi enviada anteriormente para leitura prévia dos conselheiros. Coloca em deliberação e conselheiros aprovam com unanimidade.

Item 02. Discussão e deliberação para ratificação pelo Conselho, quanto a prorrogação contratual com instituição financeira para Custódia Qualificada de Ativos (Títulos Públicos – Banco do Brasil), de acordo com documentos encaminhados previamente - encerramento do termo atual em 15/03/2022 – Sandra diz que foi encaminhado o documento com as propostas. Passa a palavra ao André, diz que é essa situação da Custódia dos títulos públicos é algo vêm discutindo nas últimas reuniões por conta do custodiante já que estamos tratando de títulos públicos recentemente. Resume dizendo que todo ano precisamos renovar ou contratar um custodiante dos nossos títulos públicos, que são aquelas instituições financeiras que administram, que guardam eles na nossa carteira e cobra uma taxa de administração por conta disso. Todo ano cotam com 5 grandes bancos, normalmente, ninguém tem interesse; lembra que na última contratação, inclusive, a primeira com o Banco do Brasil, tiveram trabalho com ela porque não havia muito o interesse em custodiar esses títulos. Dos 5 grandes bancos, só o Banco do Brasil é que se manifestou favorável em permanecer com a Custódia por mais 12 meses na forma da prorrogação contratual. Diz que a média de valores foi de R\$ 4389,96 e estaremos pagando ao Banco do Brasil R\$ 3421,34 pela custódia dos títulos públicos. Lembra que a nossa carteira de títulos tem aumentado de acordo com as últimas aquisições que foram feitas para termos liquidez e rentabilidade dos recursos do Pauliprev. Eliete pergunta ao André o porquê os demais bancos não possuem interesse de custodiar. André diz que o que recebem de informações dos próprios é que o que eles podem receber pelo trabalho da custódia não compensa, o valor é muito pouco. Como são instituições financeiras, são balizados pelo ganho, pelo lucro e o título público não dá lucro para eles, basicamente é isso. Sandra coloca o item em deliberação e é aprovado unanimemente.

Item 03. Informações, com solicitação de ratificação, sobre a prorrogação do contrato de locação do imóvel onde funciona a sede do Pauliprev, de acordo com o raciocínio econômico encaminhado previamente – Sandra diz que esse assunto foi tema de discussão na reunião anterior porque tínhamos a proposta do proprietário para compra e o conselho deliberou que não aceitava por várias razões. Diz que o André já havia dito que estávamos em vias de vencimento de contrato, por isso esse assunto está novamente na pauta. A palavra é passada ao André, diz que teremos a mudança de locador, está em trânsito ainda. Diz que tínhamos uma oferta de compra que foi amplamente discutida no conselho e todos chegaram a uma conclusão, mas paralelo a isso, precisam manter a sede do Pauliprev em funcionamento haja vista todos os investimentos que já foram feitos no prédio, lembrando que o objetivo do Pauliprev, independente da forma, mas, principalmente, pelo custo, pela adequação, no futuro é ter sua sede própria. Diz que sempre têm que analisar essa relação custo-benefício. Isto posto, então declinada da proposta de compra pelo Pauliprev, por conta de tudo o que foi discutido, até pelos valores envolvidos, passaram a tratar das condições para uma renovação contratual, visto que o contrato vigente vence amanhã, dia 22. Diz que aproveitaram esse momento de mudança para negociar a mudança do índice. Em 2017, quando foi realizado o primeiro contrato de locação por 60 meses, o índice pactuado foi o IGPM, que historicamente representa valores acumulados maiores que o IPCA, mesmo que hoje a gente tenha um IPCA que esteja em franca evolução, ainda assim, o IGPM costuma ser bem maior que ele. Lembra que a prorrogação de 2020 para 2021 negociaram essa mudança, não houve uma mudança contratual, foi um acordo entre as partes em que foi aplicado o índice do IPCA da época. Diz que esta prorrogação, além de ela ter aplicação novamente do IPCA acumulado, ainda terá no



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Sandra', 'André', 'Eliete', and 'PAS'.

novo contrato a mudança do índice de reajuste, o que garante que as próximas renovações o reajuste seja pelo IPCA sem maiores discussões. Diz que no raciocínio econômico encaminhado aos conselheiros demonstra que mesmo reajustando ainda temos uma margem de economicidade em relação a manutenção da locação em relação a aquisição ou construção. Em números, o IPCA acumulado de janeiro fechou em 10,38%; o IGPM acumulado fechou em 16,91% o acumulado sobre os últimos 12 meses. Foi pactuado o reajuste em 9,7866%, o IPCA do mês de novembro. Diz que hoje nós pagamos de locação R\$ 13.927,36, reajustado pelo índice de 9,7866% irá para R\$ 15.290,38. A média na pesquisa de preço ficou entre R\$ 17.000 e 18.000. Diz que em relação a vantajosidade da manutenção da locação, acha que isso já está adequadamente demonstrado no raciocínio econômico e, mais que isso, trouxeram essa questão da modificação do índice de reajuste em contrato. Comenta uma publicação equivocada que foi publicada na semana passada, diz que publicarão o temo com as correções nos próximos dias. Diz que quando falam do valor total é sempre o valor bruto; lembra haver o desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte e explica como se dá. Sandra diz ser muito complicado, agora, procurem um aluguel mais barato. Seria o ideal já que a construção e a compra da sede própria não podem ser imediatas, mas entende a dificuldade porque a localização do Instituto facilita para os usuários de lá, é levado em conta e, realmente é uma região mais valorizada em Paulínia. Diz que o custo benefício realmente não vale. A palavra é passada à Sirlene, diz que não entendeu sobre o imposto de renda sobre o aluguel. André explica a retenção do imposto de renda pela Autarquia e o repasse ao município de Paulínia. Sandra coloca o item em deliberação e é aprovado com unanimidade.

Item 04. Apresentação do relatório com os resultados do Plano de Ação e Relatório de Controle Interno referentes ao Exercício de 2021 – A palavra é passada ao Douglas, diz que trará os resultados do ano de 2021.

- Área administrativa: diz que o que chama mais atenção são os gastos com taxa administrativa, o nosso limite de 2%, ainda em 2021, era com relação a 2020 e englobava toda a folha e os gastos não poderiam ultrapassar R\$ 13,7 mi, o realizado foi R\$ 4,92 mi, a meta foi cumprida com folga. Metas para os contratos e os processos de licitações foram cumpridos e estão de acordo.
- Área de atendimento: as metas estabelecidas aqui é, principalmente, o cumprimento dos processos em até 90 dias. A exceção que foi considerada e estabelecida pelo controlador são os processos do TCE/SP. Tempo médio para aposentadorias foram de 75 dias; desarquivamentos de aposentadorias com tempo médio de 43 dias; pensão com tempo médio de 38 dias; abono de permanência com tempo médio de 35 dias; isenção de IR com 25 dias; juntada de documentos com 24 dias; certidões com 19 dias; cópias de processos com 18 dias; simulação com 17 dias e os demais atendimentos que não se enquadram nessas categorias possuem tempo médio de 12 dias. Diz que os prazos não foram estourados, a única exceção foram os processos do TCE/SP que não dependiam do Pauliprev. Meta cumprida na área de atendimento.
- Área de arrecadação: diz que perceberam, durante o ano, tanto Prefeitura como Câmara, dentro do prazo legal. Nenhum problema com relação a arrecadação.
- Área Atuarial: diz que está de acordo com o que se esperava que fizesse em relação ao envio das documentações como na atualização da legislação para o financiamento do déficit atuarial.
- Área de Benefícios: o Instituto conseguiu revisar 100% dos processos de aposentadorias concedidos em 2021. A regra de documentação está de acordo e estão corretos os valores de benefícios com os registros da folha de pagamento.



- Área de Compensação Previdenciária: outra fonte de receita importante para o Instituto, meta atingida, foram enviados 97 processos para a compensação. A lentidão na aprovação se relaciona a uma série de processos que não se dependem do Pauliprev.
- Área Financeira: foi estimada uma receita de R\$ 192 mi e foi realizado R\$ 203 mi. Em média, 1,5% de receita acima do previsto. Adequada, uma boa estimativa. Em despesas, foi estimado R\$ 192 mi, foram realizados R\$ 155 mi. Bem abaixo do previsto, felizmente foram reduzidos os valores no decorrer do ano. Metas cumpridas.
- Área de Investimentos: foi realizado o credenciamento de todos os fundos líquidos, as decisões de investimentos respeitaram a tramitação necessária e teve deliberação superior, que hoje envolve 19 pessoas nessa movimentação. Foi verificado que os valores registrados pelo Pauliprev foram fidedignos. Enquadramentos mantidos, houve um desenquadramento passivo que é permitido e foi corrigido dentro dos 180 dias. A rentabilidade por todo o período foi inferior à meta atuarial justificada pelos efeitos negativos da pandemia e sobre os mercados financeiros. Diz que não foi um fenômeno só em Paulínia.
- Área de Tecnologia da Informação: metas cumpridas, backup diários e em nuvem.
- Área Jurídica: prazos atendidos e execução de despesas judiciais de acordo com o orçamento. Metas cumpridas.

Nara pergunta se, com relação a meta e o cálculo atuarial, o texto se refere aos aspectos da previdência complementar. Douglas diz que não, seriam aspectos gerais pois a lei atribui isso à municipalidade e, por isso, não entra como uma meta do Instituto. Douglas diz que é no sentido das recomendações indicadas pelo atuário, é analisado se houve atitude em cima do que foi indicado pelo atuário. André diz ter entendido a dúvida da Nara como em relação aos reflexos que as adequações terão sobre o resultado atuarial do Instituto. Diz que a análise da controladoria é ver se foram cumpridos os aspectos traçados como meta. Diz que os elementos utilizados para a cobertura do déficit técnico atuarial trarão resultados no longo prazo, exemplifica. Diz que mesmo batendo meta atuarial em 2019, mesmo que nós tenhamos parcelado os débitos da municipalidade para com a gente, mesmo que tenhamos recuperado cerca de R\$ 90 mi dos fundos ilíquidos, mesmo que a gente tenha tido uma rentabilidade positiva da nossa carteira em detrimento dos PDD's que nós tivemos nos fundos ilíquidos, ainda assim o nosso déficit aumentou por conta de um fator externo. O relatório de hoje traz relação com as medidas adotadas pela Autarquia, conformidade e não conformidade. Eliete sugere alterações na tabela de fundos, na área de investimentos, sugerindo acrescentar também informações da política de investimentos, podendo assim também avaliar a questão da obtenção da meta projetada*. Douglas diz que assim que houver um pouco mais de estabilidade no mercado, fazer um acompanhamento como foi sugerido. André complementa dizendo que podem utilizar a referência mencionada pela Eliete também quando discutirem a política de investimentos. Acha que podem fazer em 2 momentos para se agregar assuntos mesmo, quanto mais segregada a área de investimentos e mais clara estiver a informação sem misturar com outros assuntos, maior a segurança que trazem para quem os fiscaliza.

Item 05. Informações sobre posição atual de títulos públicos, com sugestão de análise para deliberação e aprovação futura para novas aquisições, a partir de condições mínimas de rentabilidade, com linha de corte lastreada na meta atuarial e com valor máximo pré-estabelecido – A palavra é passada ao Douglas, inicia a apresentação falando sobre o risco fiscal, o aumento dos juros americanos, valores do petróleo e gás, PIB Brasil 2022 versus aumento de juros brasileiros. Sobre o Boletim Focus, a Selic projetada chegará em 12,25% no final de 2022; PIB 2022 a 0,30%. IPCA projetado em 5,56%. Mostra o IPCA acumulados nos últimos 12 meses. O IBOVESPA continua entre 112.000 e 115.000, quase 9% de ganho no ano. Diz que a estratégia é



manter 70% em renda fixa e 30% em renda variável. Mostra o gráfico do Dólar, basicamente só queda em 2022. Diz que a ALM sugere a compra de títulos Públicos, NTN-B, R\$ 450 mi até 2030. Diz que o mercado está mantendo, hoje abriu taxa IPCA + 5,58%. Lembra que, dos títulos públicos, a nossa meta atuarial é IPCA + 4,90. Diz que houve um curso, essa semana, em Jundiaí, com a participação do analista do tesouro nacional e discutiu-se bastante o processo de compras. Diz que para a nossa felicidade, o nosso processo de compras dos títulos públicos está idêntico ao Instituto de Jundiaí, que é uma referência e possui o nível 4 do Pró Gestão. Apresenta as compras realizadas nos dias 9, no dia 10 e no dia 17/02/2022, totalizando R\$ 200.000.062,60 juntamente com as compras de 27 e 31/01/2022 já apresentadas ao conselho. Diz que no encontro de Jundiaí foi sugerido a montagem de um processo, após as compras, explicando todos os títulos, data por data, com quem fechou, cópia de todos os e-mails para guardarem para uma eventual consulta futura, diz que montarão o processo. A posição em títulos públicos em 18/02/2022 está em R\$ 501 mi considerando os cupons pagos em 15/02/2022. Mostra a curva ANBIMA, a taxa hoje estava em 5,58% e explica o procedimento de cotações. A sugestão do comitê, dado que estamos com títulos públicos com taxas maiores que a meta atuarial, é a compra de mais até R\$ 200 mi que atingiriam os R\$ 400 mi sugeridos até 2030 no estudo da ALM e buscariam diminuir em R\$ 100 mi até 2 anos as aplicações em ações, considerando que temos fluxo pra isso e aproveitaremos essa janela. Douglas diz que no treinamento que tiveram lá em Jundiaí, bateram papo com diversos RPPS's e a maioria está contando 50, 60, 70% em títulos públicos, cada caso de acordo com o seu ALM, para não perderem essa oportunidade. Em torno de 4 a 5 anos, mais ou menos, até 2030, teremos outra janela para depois futuramente fazer, de repente, um novo posicionamento de 10, 20 anos caso seja necessária. Diz que até lá verão como é que está se comportando a receita da cidade para darem passos maiores, uma garantia-benefício. Reforça que a sugestão é a compra de até R\$ 200 mi com o mínimo de IPCA + 5,5%, vencimento máximo até 2030 dos fundos BB Prev Perfil (D+3) com R\$ 103.360.550,44; BB Alocação Previd (D+3) com 54.000.000,00 e Santander RF Ativo (D+1) com R\$ 42.758.291,19, os valores vão totalizar 200 milhões, ficando aprovado um valor superior apenas para poder liquidar a operação combinando os recursos, uma vez que são de oriundos de 3 fundos e com datas de resgate diferentes. Pede para que, caso aprovado futuramente, o conselho considere utilizarem o Fundo Gestão Estratégica, pela característica dele, para cobrir as operações, para facilitar o processo de compras. Após a entrada dos recursos resgatados, o saldo do Fundo Gestão Estratégica é devolvido. Manteríamos um fluxo de caixa para até 2 anos de cerca de R\$ 370 mi. Até 2024 vencem títulos públicos e entram em caixa até R\$ 200 mi. Diz que estão sugerindo essa movimentação com uma segurança que, se nesses 2 anos faltar algum tipo de recurso, teremos recursos nos fundos Caixa Gestão Estratégica, Itaú Alocação Dinâmica e Santander DI, no valor de R\$ 181 mi para não ser necessário mexer nos títulos públicos. Lembra que mesmo que seja necessário, é permitido mexer nos títulos. Diz não veem problema nenhum alocarem dessa forma, garantindo títulos públicos em mais da metade da carteira líquida, atingindo, com essa proposta, mais de R\$ 700 mi em títulos públicos que traz segurança para trabalharem, para baterem meta, para o segurado. Adelson esclarece que não estão aumentando para R\$ 700 mi a longo prazo, estão garantindo mais R\$ 200 mi tendo ciência que R\$ 200 mi estarão vencendo nos próximos 2 anos. Ou seja, a projeção é que em 2 anos voltem para os R\$ 360 mi. É uma estratégia, têm 2 anos que a bolsa está performando e ter essa segurança, fazendo a troca de bolsa por títulos públicos, estão adiantando. Fábio pergunta se no fundo do aporte para pôr em título público tem que ser o valor redondo ou pode ser um pouco a mais para o arredondamento dos títulos. Douglas diz que podem arredondar para mais ou para menos e explica a operação. André diz que, pensando no aporte porque foi algo que veio à mente da Nara quando ela falou da questão atuarial, o nosso aporte hoje é remunerado ano após ano com IPCA



Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like 'Eliete', 'Fábio', 'Douglas', 'Adelson', and 'André'.

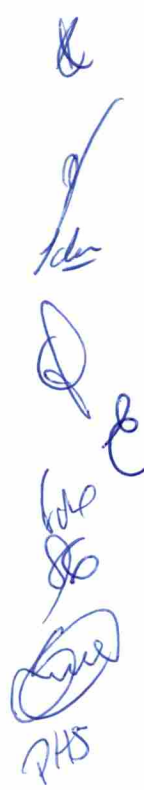
+6%, então traduzindo o que a pergunta do Fábio que o Douglas falou, diz que estamos pegando um valor que é atualizado anualmente em IPCA +6% e fazendo esse valor rentabilizar no exercício seguinte para IPCA + 5,5%, então a gente vai criando um ciclo virtuoso nesses valores para que daqui a alguns anos a gente tem a nossa meta atuarial batida sem um susto. Lembra que a gente sofre os reflexos dos ilíquidos, mas a construção da nossa carteira é bem conservadora, buscando sempre atingir a meta atuarial. Nara pergunta qual seria o valor de cada conta de origem para a aplicação. Douglas volta o slide e descreve as quantidades de saldo cada fundo sugerido, mostrando valores aproximados para facilitar a operacionalização de compra. André diz que apenas para reiterar o que foi falado em outras reuniões, a pergunta do Edson é muito interessante porque sempre discutiram a questão do raciocínio econômico. Essas movimentações que fazem dentro das contas do Instituto, travando em determinadas datas é sempre com o raciocínio financeiro dos recursos que nós precisaremos em cada marco temporal. Diz que não há possibilidade de descapitalização do Pauliprev fazendo as movimentações dessa forma para que a gente tenha que resgatar esses títulos antes do vencimento para que a gente possa operar com toda a rentabilidade máxima. Sandra coloca o item em deliberação, conselheiros aprovam a compra de até R\$ 200 mi em NTN-B com vencimento máximo 2030 por unanimidade.

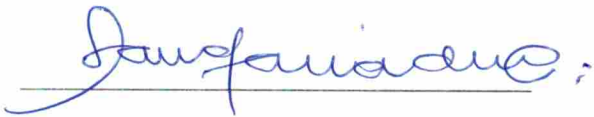
Item 06. Assuntos diversos – Sandra pede ao André para dizer os nomes dos integrantes da Comissão Eleitoral que já foi montada. André diz que a comissão eleitoral está montada desde o dia 08 de fevereiro, tendo como integrantes: representando a Câmara Municipal o Reginaldo Neves que também é conselheiro fiscal e é o presidente da comissão; como representante da Prefeitura a Jeniffer Padovani Bonomi que é a integrante indicada pelo executivo municipal; como representante dos servidores públicos ativos a Christie de Paula Moraes Jaquet; como representante dos servidores públicos inativos Carlos Maria Martins, lembra que esses 2 representantes dos servidores ativos e dos inativos foram indicados através de assembleia promovida pelo Sindicato; como representante do Sindicato Rodrigo Jaquet Dias, o atual presidente e como representante aqui do Pauliprev o Rafael Rafael Brandão de Abreu que é integrante do nosso setor de compras e da comissão interna de licitações. Diz que já se iniciaram os trabalhos, eles já estão reunidos sobre a presidência do Reginaldo e estão agora delineando o regulamento, a forma se será virtual ou presencial, essa é uma decisão que será da comissão e o cronograma de realização das eleições. Diz que tão logo esteja delimitado por eles, encaminhará a informação aos conselheiros. Acredita que serão cumpridos todos os prazos. Diz que foi montado um grupo de trabalho com servidores do Pauliprev para assessorar essa comissão se necessária. O prazo permanece para que as eleições ocorram a partir do dia 15 de abril, podendo ter alguma variação por determinação ou decisão dessa comissão que já iniciou os trabalhos.

A Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião do Conselho Administrativo.

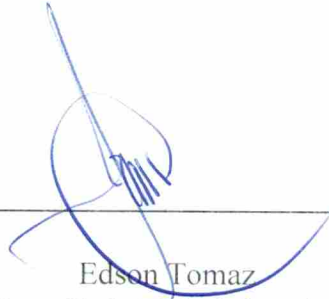
Término às 20:04h.

Paulínia, 21 de fevereiro de 2022.






Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselho Administrativo



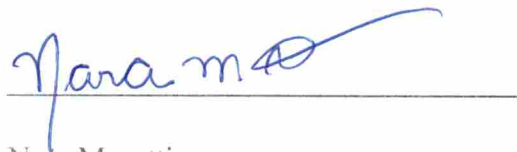
Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



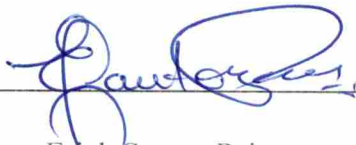
Fabio Ceconelo
Conselheiro Administrativo



Idu Ribeiro
Conselheiro Administrativo



Nara Moretti
Conselheira Administrativa



Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo



Paulo Henrique dos Santos
Conselheiro Administrativo



Antônia Sirlene Lima
Conselheira Administrativa



Eliete Maria da Silva
Conselheira Administrativa



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA


PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

DATA: 21/02/2022 às 18:00h

LOCAL: EXCEPCIONALMENTE POR VIDEO CONFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AO DETERMINADO NO DECRETO MUNICIPAL 7773/2020 – CONTENÇÃO DA PANDEMIA DE CORONAVIRUS

- 1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada no dia 07/02/2022;
- 2) Discussão e deliberação para ratificação pelo Conselho, quanto a prorrogação contratual com instituição financeira para Custódia Qualificada de Ativos (Títulos Públicos – Banco do Brasil), de acordo com documentos encaminhados previamente - encerramento do termo atual em 15/03/2022;
- 3) Informações, com solicitação de ratificação, sobre a prorrogação do contrato de locação do imóvel onde funciona a sede do Pauliprev, de acordo com o raciocínio econômico encaminhado previamente;
- 4) Apresentação do relatório com os resultados do Plano de Ação e Relatório de Controle Interno referentes ao Exercício de 2021;
- 5) Informações sobre posição atual de títulos públicos, com sugestão de análise para deliberação e aprovação futura para novas aquisições, a partir de condições mínimas de rentabilidade, com linha de corte lastreada na meta atuarial e com valor máximo pré-estabelecido;
- 6) Assuntos diversos

Paulínia, 17 de fevereiro de 2022.


SANDRA ARIADNE CASASSA
Presidente do Conselho Administrativo